



OS MUITOS CRAVOS DE ABRIL: ECOS DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA EM ALÉM-MAR

THE MANY CARNATIONS OF APRIL:
ECHOES OF THE PORTUGUESE REVOLUTION OVERSEAS

Maria Perla Araújo Morais¹
Universidade Federal do Tocantins

Resumo: No romance *Vinte e zinco*, o escritor moçambicano Mia Couto destaca os conflitos nas colônias africanas portuguesas às vésperas da Revolução dos Cravos. Verificamos, na obra, a discussão sobre o esfacelamento da ordem colonial e sobre a futura independência de Moçambique. De um lado, Mia Couto, nessa releitura do passado, busca entender a relação entre Revolução e independência. Atesta o esgotamento do sistema colonial em terras moçambicanas antes da Revolução Portuguesa. De outro lado, a futura independência das nações africanas é posta em questão ao se debater as diferentes respostas ao jugo português, como a luta armada e os projetos políticos socialistas.

Palavras-Chave: Revolução dos Cravos. Mia Couto. Independência moçambicana.

Abstract: In the novel *Vinte e zinco*, the Mozambican writer Mia Couto highlights the conflicts in the African Portuguese colonies on the eve of the Carnation Revolution. We observe discussions about the collapse of the colonial order and the future independence of Mozambique. On one hand, Mia Couto, in his reinterpretation of the past, try to understand the relationship between revolution and independence, and attests the exhaustion of the colonial system in Mozambican lands even before the Portuguese

¹ perlamorais@gmail.com

Revolution. On the other hand, the future independence of African nations is questioned, as he discusses the different responses to the Portuguese yoke, like the armed struggle and the socialist political projects.

Key-Words: *Carnation Revolution. Mia Couto. Mozambican independence..]*

A Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974 foi responsável pela deposição do regime salazarista e por cancelar o caráter insustentável da guerra colonial. Passados 41 anos da Revolução, a ação apresenta leituras e heranças diversas, dependendo das interpretações bastante divididas de forças políticas ou de grupos militares em Portugal. A crise e a política de austeridade econômica que a nação portuguesa enfrenta hoje, para muitos, são vistas como um retrocesso das conquistas sociais, políticas e econômicas da Revolução. Para o governo, trata-se de um esforço para implementar mudanças e promover o resgate financeiro de Portugal, numa espécie de homenagem que poderia ser feita à Revolução.

No passado, o 25 de abril de 1974 também apresentou desdobramentos complexos: uns esperados, como o fim da guerra colonial, e outros inesperados, como as sucessivas trocas de poder e ideologia dúbia do novo governo que se formara, inclusive com a tentativa de estabelecimento de uma política neocolonial.

Por essa nítida complexidade, a Literatura e as Artes em geral há muito se debruçam sobre o acontecimento, no sentido de também ser um modo de pensar, de encontrar relações, de apontar consequências, enfim, de chamar atenção para aqueles espaços ocultos de sentido do evento histórico.

Cumprir lembrar que a ditadura de Salazar interferiu nos rumos da Literatura Portuguesa, sobretudo pela censura e limitação impostas pelo regime. Muitas obras contemporâneas têm hoje esse período específico como mote justamente porque o silenciamento impediu que uma discussão literária importante fosse feita. Por mais que reconheçamos a riqueza dos textos no que

tange a burlar as limitações impostas pelo regime, enfatizamos que o debate literário ficou bastante empenhado em buscar meios de lutar contra o silenciamento.

A livre expressão artística é fenômeno posterior ao período de 1926 a 1974. As produções contemporâneas apresentam uma continuidade com esse passado censurado porque há uma falta instalada nos textos. De acordo com Gerson Roani (2004, p. 23):

[...] os temas veiculados pelo labor artístico espelham e reconstituem experiências vividas pelos escritores e pela população portuguesa, cuja livre expressão era impensável no período de trevas. Esses novos artifícios ficcionais suprem a falta de um tipo de exercício escritural que, durante a ditadura, era inviável ou que era empreendido sob o signo do hermetismo e da linguagem alegórica.

Na literatura contemporânea, José Saramago, Lídia Jorge, Helder Macedo, Sophia de Mello Andresen, José Cardoso Pires, entre outros, já revisitaram sobre diversas perspectivas esse período, tentando promover um entendimento a partir de alegorias ou da livre expressão. Queremos observar como a Revolução é pensada pelas narrativas dos países africanos colonizados por Portugal. Além da censura, esses países sofreram com o processo de colonização, o que interferiu diretamente em sua produção literária. Portanto, hoje eles não celebram apenas a livre expressão e o legado alegórico do período, mas também o encontro com formas de pensamento que discutem o sistema colonial.

As ideias que cercam a produção artística que escolhemos para análise acrescentam ao panorama ideológico dos anos de 1970 a perspectiva de leitura das produções contemporâneas, livres da censura, mas em sintonia com projetos de construção de identidades dos países colonizados. Refletiremos sobre o romance *Vinte e zinco*, de Mia Couto. Nessa narrativa, o escritor moçambicano põe em destaque a crise das colônias portuguesas às vésperas da

Revolução dos Cravos. Para muitos estudiosos, foi essa crise o real motivo da deposição do regime salazarista, e não o seu contrário:

A Guerra colonial foi o início de tudo. Sem ela não teria havido nenhuma revolução portuguesa. Ao menos não na forma em que ela ocorreu. O epicentro do abalo não era a metrópole, mas a África. A revolta dos povos colonizados por Portugal obrigou o país a desviar recursos pesados do orçamento para manter o esforço de guerra. Aumentavam a emigração (traço secular), a deserção, o descontentamento entre civis e militares [...]. (SECCO, 2005, p. 12)

Vinte e zinco é escrito dentro das comemorações dos 25 anos da Revolução dos Cravos. Nele, o escritor reflete sobre os antecedentes e as ações que se seguiram ao 25 de abril português em uma vila moçambicana. A data da Revolução é uma categoria muito importante para a narrativa, pois, além de estar parodiada no título, serve para organizar o romance: seus capítulos são ordenados do dia 19 ao dia 30 de abril.

A obra narra a história de uma família portuguesa em território moçambicano numa espécie de diário. Lourenço de Castro, filho de Joaquim de Castro, era inspetor da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) na Vila de Moebase, região imaginária de Moçambique. O agente morava na vila com sua mãe, Margarida, e sua tia, Irene. Irene apaixonara-se por um mulato, Marcelino, que faz parte da resistência a Portugal. Na vila há, ainda, um cego, chamado Andaré Tchuisco e Jessumina, a adivinha. Com esses personagens, Mia Couto enfatiza o dia a dia, as percepções conflitantes, os olhares divergentes acerca da queda do regime e suas consequências para Moçambique. O tempo histórico ganha corpo, voz e sentido a partir das vidas, sonhos e dramas de cada personagem.

O 25 de abril reinventado em *Vinte e zinco*, no aspecto gráfico e literário, aponta para a matriz moçambicana – o Zinco faz referência às construções de casas muito comuns em Moçambique – e para reescritura desse tempo histórico português no tempo construído às margens dos eventos.

A data e seu significado para cada um dos personagens do livro estão em discussão como uma maneira de todos se apossarem do tempo histórico e dar a ele significados inusitados. O 25 torna-se vinte e cinco porque todos dão sentido a ele e porque da ordem do imaginário. *Vinte e cinco* é a reescritura imaginária e moçambicana do vinte e cinco português.

Quando Salazar instaura o Estado Novo em Portugal, promulga, em 1933, o Decreto-lei nº 22469, de 11 de abril, que regulamenta a liberdade de expressão. Para o ditador, era função dos meios de comunicação contribuir, junto com o Estado, para a propagação da verdade, da moral, da justiça e do bem comum. Salazar associou esses meios a uma pedagogia, que difundia valores e verdades perenes e, portanto, inquestionáveis. Dentre os principais valores defendidos por Salazar, estavam Deus, a pátria e a família. No discurso “As grandes certezas da Revolução Nacional”, de 26 de maio de 1936, realizado em Braga, Salazar (apud TORGAL, 2009, p. 572) afirma:

Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e seu dever.

No romance de Mia Couto, vemos algumas dessas “certezas” sendo repensadas no dia a dia que antecedem e se seguem ao 25 de abril em uma vila moçambicana para apontar o esfacelamento do sistema colonial. A relação familiar é abordada por um grupo que, na vila, representa o Estado português. A questão religiosa apresenta-se sob duas vertentes: a local e a católica portuguesa. Quando analisamos esses valores portugueses transplantados, notamos como eles estão relativizados ou problematizados, como uma forma de “desnaturalização das formas que davam sustentação ao salazarismo”. (ABDALA JÚNIOR, 2009, p. 2)

O microcosmo familiar representaria o macrocosmo estatal nas colônias. A vulnerabilidade dessa família deixa entrever o desmoronamento do sistema e a impossibilidade de continuidade da ideologia e poderio coloniais.

À ideologia pluricontinental e multirracial, defendida por muitos ideólogos da ditadura, inclusive por Gilberto Freyre, nos anos de 1959, Mia Couto institui o cenário muito mais complexo nas colônias portuguesas. O discurso lusotropical do autor de *Casa grande e senzala* era uma busca por uma especificidade ibérica, sobretudo portuguesa, em detrimento à cultura anglo-saxã no que diz respeito aos encontros de culturas, promovidos pela colonização. De acordo com Freyre, os portugueses teriam uma vocação para a mestiçagem cultural e seriam desprovidos de orgulho racial, o que promoveria, em ambiente colonial, uma integração da cultura autóctone com a lusitana. Essa característica seria uma persistência do passado medievo em que ibéricos conviveram com árabes e judeus na península, e do catolicismo luso, o chamado “cristianismo lírico”, que, para Freyre, é mais agregador e comunitário, em detrimento à ética protestante, mais individualista. (SCHNEIDER, 2012, p. 76-77)

O foco nas relações familiares e emocionais no romance mostra uma interpenetração de Portugal e dos países africanos muito menos promovida pela política colonial portuguesa do que pelo inevitável contato entre culturas. Deixa entrever, pela ação dos agentes da PIDE na vila moçambicana, a violência e a distância entre portugueses e moçambicanos.

A família portuguesa em Moçambique é representada pela sobreposição do feminino com Margarida e Irene. O patriarca, o agente da polícia política Joaquim de Castro, morreu ao cair do helicóptero, vítima de um castigo que imputava sempre nos presos. Joaquim os jogava do helicóptero direto ao mar. Numa dessas viagens, uns prisioneiros combinaram entre si e, no momento em

que estavam sendo jogados, entrelaçaram-se com as pernas de Joaquim e todos caíram juntos no mar sob olhar assustado de Lourenço.

Margarida, mãe de Lourenço de Castro, em um primeiro momento, será essa versão oficial da mulher construída pela ditadura. Joaquim de Castro, pai de Lourenço, como representante oficial do sistema e divulgador dos valores da ditadura, retrata essa imagem: “A vila de Moebase tem outros brancos, sim, mas poucos. [...] Mais as duas mulheres de casa, a mãe e a tia Irene. Mas as mulheres não contam. Assim se dizia em casa dos Castros. Maior parte das vezes até descontam, acrescentavam.” (COUTO, 2004, p. 7)

No entanto, ao longo da narrativa, há uma constante transformação dos personagens, questionando significados monolíticos e inequívocos e apontando para o dúbio em todos os grupos, a começar por essa família-núcleo da narrativa. Joaquim, depois sabemos, mantinha relações sexuais com os presos; Irene é apaixonada pelo mulato Marcelino; e Margarida, quando desconfia de que seu filho esteja doente, procura auxílio em Jessumina.

Lourenço de Castro apresenta uma relação angustiosa com a lei, representada pelo sistema ditatorial e seu corolário em terras moçambicanas, o pai Joaquim, morto no acidente aéreo. Lourenço acredita que poderia ter evitado o acidente do pai e vive à sombra do morto. Se, na cadeia que administra, tortura e mata, em casa tem medo, mostra-se vulnerável e dependente da mãe. Não abandona a vila, mesmo sabendo que ali ele não está seguro. De tanto viver uma situação herdada do pai, não consegue projetar, deposto o regime, um futuro para si.

A sombra angustiosa do pai aciona conceitos freudianos, como o da castração. A castração, no âmbito masculino, significa a destruição do complexo de Édipo pela ameaça do ato violento. Para Laplanche (apud MOREIRA; BORGES, 2010, p. 74), a castração é, ao mesmo tempo, castigo e promessa: “Castigo para punir a transgressão da lei; e promessa de realização humana,

porque só ela possibilita a passagem da ordem imaginária para a ordem simbólica.” Na via do simbólico, o sujeito passa a projetar seu eu ideal não na relação com a mãe, mas na identificação com a lei paterna.

Lourenço, literalmente, se sente culpado pela morte do pai e deseja não a mãe, mas sua tia. Transitando entre o interdito e a culpa, Lourenço desenvolve fobias como sentir que um cordão umbilical está crescendo em si e medo de ventoinha. Apresenta-se, ainda, embora agente da PIDE, totalmente impotente diante dos rumos que o 25 de abril trará para a vila. O castigo, a falta e a culpa são a realidade concreta de Lourenço, impossibilitando que ele perpetue a lei paterna.

Portanto, o lugar simbólico de Lourenço apresenta-se ameaçado. Sua angústia faz com que se prenda a rituais e objetos de forma obsessiva. Para Freud, seria uma maneira do eu de barrar a angústia da castração, a invasão do sentido pelo sem-sentido:

Os rituais obsessivos, os atos obsessivos funcionam como verdadeiros impedimentos para o surgimento da angústia, posto que ligam toda a energia libidinal para sua consecução. O obsessivo não consegue evitar o ritual justo porque sua função é a de impedir a emergência da angústia e a supercomplexificação dos rituais se acentua sempre nessa direção e com esse objetivo. Por isso, Freud irá dizer que a angústia precedeu os sintomas obsessivos, que foram criados precisamente para evitar seu surgimento. (JORGE, 2007, p. 40)

Lourenço pode até tornar-se PIDE e administrar a vila de Moebase, como seu pai o fizera, mas continua na posição de filho, que requer o colo da mãe, um pano e um cavalinho de madeira para dormir:

O pide vai à cozinha e volta a passar as mãos por água. Cheira os dedos como se quisesse confirmar a teimosia de alguma nódoa. A velha mãe pega-lhe nos braços, beija-lhe os dedos finos.

- Bonitas mãos, fazem, lembrar...
- Estou cansado, mãe, quero dormi. Onde está o pano?
- O pano foi para lavar. Estava cheio de baba. Você está-se a babar muito, fico preocupada, não será dessas maleitas africanas...

-
- Eu não durmo sem o pano, a mãe já sabe.
 - Está outro pano já lavadinho debaixo da sua almofadinha.
- O pede deita-se. A mãe, na cabeceira, lhe aconchega o lençol. O filho, inquieto, espreita o quarto:
- E o cavalinho?
 - Já lhe chego o cavalinho, não se preocupe. (COUTO, 2004, p. 8)

Se não se tornar pai simbólico, também não poderá deixar legado num filho. Ter um filho é um dos poucos desejos que Lourenço acalanta. Se não tem um filho, seu próprio legado está comprometido. Lourenço, portanto, é um legado duvidoso e simboliza a exaustão do sistema colonial.

Com Lourenço de Castro, Mia Couto expõe a fragilidade do discurso colonial, porque não há mais legado, continuidade. A ordem colonial apresenta-se em seu momento extenuante. Aliás, esse foi um dos principais motivos para a revolta dos capitães portugueses. Esses capitães organizaram o Movimento das Forças Armadas (MFA) por não concordarem com o anacronismo da guerra colonial, as suas baixas e as estratégias para acelerar a promoção dos combatentes que não eram militares: depois de quatro anos de serviço, poderiam voltar à metrópole e se tornar oficiais da escala ativa. Esse tipo de decreto ofendeu a hierarquia das Forças Armadas. *Vinte e zinco* mostra uma casa portuguesa vulnerável por problemas internos (o pai morto e o legado desse pai) e por questões externas, a resistência ao sistema colonial.

A mãe de Lourenço acredita que o filho, ao demonstrar tamanha fragilidade, está doente. Seria um colapso interno e puramente biológico. Jessumina, a adivinha, mais realista que os portugueses, chancela o esfacelamento da ordem colonial:

- Antes de ir, Dona Margarida, me diga uma coisa: veio por causa de seu filho?
- Sim, ele está doente.
- Para nós, não é doença. É perda de poderes. (COUTO, 2004, p. 43)

Os Castros recorrem a expedientes fantasiosos para não verem sua real

situação dentro da vila. Vulneráveis, acabam sendo vítimas do próprio medo. *Vinte e zinco* é repleto de presságios, sonhos, metáforas, comparações, enfim, há uma infinidade de recursos que instauram um sistema simbólico dos objetos dentro do romance. Comum a todos os objetos, há um sentimento: o medo. Todos os símbolos instauram o medo sendo usado como recurso para tomada de espaço e de poder por parte dos moradores da vila. Sobre o sistema simbólico dos objetos, Jean Baudrillard (1969, p. 14) já assegura essa relação não ingênua com os objetos, uma espécie de “barroco cultural”, existência que ultrapassa a dimensão real.

Se os portugueses são assombrados por fantasias, os habitantes de Moebase veem claramente seu destino e a desestruturação do sistema colonial. A família portuguesa em território moçambicano se desfaz com o regime: Lourenço é morto por sua tia, possivelmente; Irene, portuguesa totalmente aclimatada em Moçambique, mergulha no lago a fim de procurar saberes ocultos; Margarida segue o destino de muitos portugueses que moravam na África: torna-se uma retornada.

Enquanto a família portuguesa naufraga com o regime, a vida moçambicana pulsa e comanda a narrativa. Não esqueçamos de que os portugueses estão em ampla desvantagem numérica; além disso, a política portuguesa assimilacionista, frágil, não contribuía para aumentar a mestiçagem:

Para desmentir a pretensa assimilação dos povos autóctones das colônias portuguesas, Pinto de Andrade socorre-se do censo populacional de 1955 em Moçambique, observando que, numa população total de 5.732.317 habitantes, seriam europeus 18.213 (portugueses: 15.599), chineses 1.613, indianos 12.630, mestiços 12.630 e nativos ‘não civilizados’ ou ‘indígenas’ 5.640.363, restando ainda os nativos ditos ‘civilizados’ ou ‘assimilados’: apenas 4.349. (MEDINA, 2000, p. 52)

Em ambiente colonial, operam-se mecanismos legais de exclusão da população nativa para que se almeje ser um assimilado. Nesse sentido, a desvantagem numérica seria compensada pela criação do desejo de ser um

assimilado. Dentre esse imaginário da exclusão, teríamos a visão de atraso, barbárie e racismo:

Libertar os indígenas da barbárie, transformá-los em seres mais evoluídos ao ensinar-lhes os tempos da modernidade, preenchendo-lhes o seu mundo 'vazio' com os saberes da civilização transformou-se no grande objectivo da missão colonial. (MENESES, 2009, p. 73)

Os mecanismos legais que ratificavam essa visão podem ser encontrados em diversos documentos, dentre eles o Regulamento do trabalho indígena, de 1899, a Lei de Administração Civil das Províncias Ultramarina, de 1914; o Estatuto do Indigenato, de 1926; e o próprio Ato Colonial, documento que regula o sistema de órgãos do poder colonial, de 1930.

Essa invenção de uma “África” é contestada pela narrativa de Mia Couto. A narrativa mostra que a assimilação não é um projeto atraente, nem para os candidatos mais prováveis a isso, como é o caso do mecânico Marcelino, que aparece bastante empenhado em lutar pela independência, embora seja mulato. Também trabalha o imaginário rico e complexo do moçambicano. Reflexões, ditados e eventos fantásticos se apossam da narrativa, funcionando como engrenagens que movimentam a situação inexorável: a futura independência.

Andaré Tchuisco é um personagem interessante a esse respeito. Durante toda a narrativa, é visto com desconfiança por Lourenço de Castro. O PIDE acha que Andaré passa informações para a Frente de libertação de Moçambique (FRELIMO), partido que, desde 1964 lutava pela independência do país. Andaré fora cego por Joaquim de Castro, como punição por ter descoberto que o pai de Lourenço abusava sexualmente de seus prisioneiros. Embora fisicamente cego, Andaré tem “visões” acerca do futuro da vila. Ele vê que tudo está “nafragando”. A cegueira física delimita, mas, suplantada, transforma-se em um meio de acessar o conhecimento sobre as engrenagens do sistema colonial.

No romance, essa capacidade de ter visões de Andaré substitui a sua condição física causada por Joaquim. Lourenço de Castro tenta promover uma segunda cegueira em Andaré e perpetuar a lei do pai, mas, em 24 de abril, isso não é possível. O projeto de independência já está em curso, e Andaré responde à altura a essa tentativa, jogando sua bengala para alto, transformando-a no Napolo, uma cobra voadora:

Contrafeito, o cego toma o bastão vermelho e branco e, de repente, sem que ninguém presumisse, lança-o sobre os ares. A bengala vai subindo, volteando-se pelo espaço. De súbito, ante a geral espantação, a bengala se converte em ave. [...] Alguém grita:

– Vejam! É o napolo! (COUTO, 2004, p. 55)

Há um intertexto bíblico nessa passagem. Andaré reencena uma das ações de Moisés, quando este profeta queria convencer o faraó do Egito a libertar os filhos de Israel. Moisés lança sua vara diante do faraó e ela se torna uma serpente. Mia Couto aciona o discurso judaico-cristão, às vésperas da Revolução dos Cravos, produzindo um diálogo muito apropriado com a imagem do napolo: “Trata-se de uma crença que explica os relâmpagos, segundo a qual o ofídio confunde os telhados de zinco com superfícies de água e abete-se contra os tectos, acabando, sem querer, por destruí-los.” (MARTINS, 2006, p. 207)

Tanto Andaré, quanto Jessumina, dois personagens com visões, serão, portanto, importantes não só para discutir o presente, mas para projetar algum entendimento sobre o futuro de Moçambique. Andaré, por exemplo, discute acerca da mudança no país após a Revolução. Para ele, o sistema de exclusão seria perpetuado pelos novos donos do poder. A mudança seria apenas uma questão política, e não econômica e social:

Seu medo era esse: que esses que sonhavam ser brancos segurassem os destinos do país. Proclamavam mundos novos, tudo em nome do povo,

mas nada mudaria senão a cor da pele dos poderosos. A panela da miséria continuaria no mesmo lume. Só a tampa mudaria. (COUTO, 2004, p. 89)

Os “mundos novos” de muitos movimentos que lutavam pela independência dos países colonizados, como a (Frente de Libertação de Moçambique) FRELIMO, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), reproduziam as nomenclaturas e ideologias europeias na busca de um nacionalismo, na criação de uma república e de uma democracia:

De toda maneira, um nacionalismo que não ultrapassou (e poderia?) os marcos simbólicos e ideológicos do século XIX europeu, para não falar que os congressos republicanos portugueses não diriam muito mais do que os estatutos dos partidos africanos. Como se pode observar, as elites políticas africanas compartilhavam da mesma cultura do colonizador (ou de suas frações oposicionistas). (SECCO, 2005, p. 17)

Para discutir de forma mais profunda sobre esse discutível processo libertário, Mia Couto cria dois personagens que têm uma relação bastante tensa: Marcelino e seu Tio Custódio.

Marcelino colabora com as tropas da FRELIMO, e Tio Custódio, ao contrário, não reproduz essa voz dissonante e militante. Um dos motivos para os constantes desentendimentos entre ambos é o fato de Marcelino requerer de seu tio ações e falas engajadas na luta pela independência. Cumpre dizer que Marcelino cobra um certo perfil de resistência armada, diletante e ativa. Tio Custódio oferece a isso uma fala repleta de ditados populares, marcados, aparentemente, pela conformação e aceitação das diferenças de mundo díspares:

Não havia meio. Custódio se esquivava das razões do fraco contra o forte. Valia a pena tentar mudar este nosso mundo? O céu nunca pousará na terra nem a montanha descera ao vale. E argumentava: um patrão sofre mas é de inveja do criado. Sim, veja o caso do cavalo, dizia. Um cavalo sabe que dono lhe deve tratar bem. Fosse ele não tinha dono e passava pior. [...] E Custódio concluía: a felicidade é um instante, um relâmpago fora da

tempestade. Quem dá a chávena não dá a colher. E quando nos dão luz, lá vem junto o túnel. (COUTO, 2004, p. 27-8)

Para Maria João Coutinho, Tio Custódio (2001, p. 235) “[...] aparenta exteriorizar toda uma conciliação com os dois lados do mundo.” Por essa aparente maneira mais conciliadora, é muito criticado por seu sobrinho, que tem uma forma mais explosiva e revolucionária de lidar com o sistema colonial.

Acontece que Custódio, por meio de seus ditados e suas ações, oferece-nos uma outra forma de responder ao sistema colonial. Estabelecendo uma relação entre o presente e o futuro próximo, Custódio se mostra descrente de projetos utópicos de libertação. Os ditados acionados, frutos de um saber oral cristalizado, marcam uma profunda reflexão sobre o momento que se estava vivendo. Neles é possível vislumbrar a descrença na utopia da ação transformadora e o questionamento de algumas ideias abstratas em que o discurso revolucionário dos partidos que advogavam pela independência dos países africanos parecia se apoiar. No momento em que Custódio é recrutado para ser mecânico das tropas portuguesas, Marcelino se revolta:

Até aqui o senhor foi um cobarde. Agora, será um traidor
Custódio pareceu pular do próprio corpo. Lançou os braços sobre o sobrinho e lhe cuspiu a pergunta:

- Você fala de um país novo? Então venha ver uma coisa...

Puxou-o para dentro de casa, arrastou-lhe até o armário e apontou a fotografia de sua família. Ali na moldura estavam todos, dos avós aos netos, posando na entrada da garagem. Custódio sacudiu o casaco do sobrinho e perguntou:

- Vê o que está nessa foto? Vê a família? Esse é que é o seu país.

E virou costas. Marcelino ficou só, olhos postos na moldura como se fosse em estreia. Seus olhos, em verdade, faziam como borboleta em flor: tocavam sem pousar. (COUTO, 2004, p. 33)

Custódio questiona o que é a abstração “nação”, dando sentido e concretude a ela ao identificar pátria com família. A “pátria”, como um espaço geopolítico com o qual os indivíduos estabelecem vínculos culturais, sociais e

históricos, é um conceito distante para um descrente Custódio. Marcelino não consegue entender esse posicionamento de seu tio, porque produziu uma leitura à situação colonial: a resistência por meio da luta armada pela independência e nascimento de uma nação. Custódio desenvolve outras leituras sobre o período colonial, questionando até o que seria essa nação pela qual Marcelino luta e o arcabouço político que embasa essa libertação:

Você quer a revolução, Marcelino, está certo. Mas para qual finalidade?

– Para dar melhor vida a meus filhos.

– Pois eu tenho meu plano mais simples para esse mesmo fim. Veja a Martinha, exemplo. Vou casar essa minha neta com um branco. E logo ela, num instante, transita numa melhoria das qualidades. Isso é o meu socialismo, estás-me a entender? Rápido e acertado com flecha. (COUTO, 2004, p. 32)

Até o viés socialista associado ao movimento de resistência das colônias é ironizado por Custódio. Sabemos que a FRELIMO, depois da independência de Moçambique, buscará um governo de orientação socialista. O socialismo garantiu coerência interna e forneceu aparato conceitual para a invenção do país moçambicano. Acontece que o projeto de nação socialista encontrará uma sociedade dinâmica, que resistirá, em algumas localidades, a abdicar de seus laços e organizações culturais para abraçar as políticas estatais.

Para alguns estudiosos defensores dos estudos revisionistas da guerra civil em Moçambique, como o africanista Cristian Geffray, desconsiderar a importância de autoridades tradicionais dentro da sociedade será uma das causas da luta fratricida que se seguirá à independência:

Notamos que esta construção do Estado nacional no meio rural ocorreu inteiramente em ruptura e em conflito aberto com as figuras políticas e

sociais respeitadas localmente pela população e investidas por elas de autoridade reconhecida. (GEFFRAY, 1990, p. 35, tradução nossa)²

Quando Custódio pede que Marcelino atente para os seus e para a sua vida particular, poderia estar apontando para uma procura por respostas originais em um ambiente em que até a resistência baseava-se em ideologias europeias. Quem ainda ajuda a pensar sobre isso é Jessumina, a adivinha. Para ela, o 25 de abril que marca a Revolução dos Cravos não é a data de independência de Moçambique. O país precisará de outros vinte e cinco : “Este vinte e cinco ainda não é nada. Hão-de vir outros vinte e cincos, mais nossos, desses em que só há antes e depois.” (COUTO, 2004, p. 78)

Aqui, temos tanto a referência ao 25 de junho de 1975, data oficial da independência moçambicana, como a outros “vinte e cinco””, responsáveis por efetivar essa libertação. A independência, como efetivação política, terá que abranger os níveis sociais, econômicos e culturais.

A perspectiva imaginária que Mia Couto aciona para discutir a data e sua simbologia deixa nítido o sentido de que a Revolução dos Cravos foi um entre tantos fatores que ratificaram a independência dos países africanos. Na verdade, essa independência já estava em curso desde os anos de 1960 e apresentava-se como inevitável, dados o esgotamento do sistema e a contínua luta por liberdade dos povos africanos. Além disso, Mia Couto reflete sobre o futuro da independência visto como uma luta diária e consciente, um processo e não um fim em si mesmo.

O mosaico de leituras portuguesas e moçambicanas propõem introduzir o tempo histórico em outro tempo e espaço que dão, ainda hoje, sentido à Revolução dos Cravos. Percebemos, com a leitura de *Vinte e cinco*, de Mia Couto, que os dois eventos, a Revolução e a Independência dos países africanos,

² On retiendra que cette construction de l'État national en milieu rural s'est effectuée tout entière en rupture et en conflit ouverts avec les figures politiques et sociales respectées localement par ces populations et investies par elles d'une autorité reconnue.

devem ser analisados como um processo. Em outras palavras, para Mia Couto, a Revolução dos Cravos deixa heranças que podem ser discutidas até hoje e a independência dos países africanos ainda é uma luta diária.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. 12 dias de abril, sob teto de zinco. *Mulemba*, Rio de Janeiro, n. 1, Out. 2009.
- BAUDRILLARD, Jean. *El sistema de los objetos*. Madri: Siglo XXI, 1969.
- COUTINHO, Maria João. A ficção em Mia Couto – Vinte e zinco. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 229-239, 2001.
- COUTO, Mia. *Vinte e zinco*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 2004.
- GEFFRAY, Christian. *La cause des armes au Mozambique: anthropologie d'une guerre civile*. Paris: Karthala, 1990.
- JORGE, Marco Antonio Coutinho. Angústia e castração. *Reverso*, Belo Horizonte, v. 29, n. 54, p. 37-42, set. 2007.
- MARTINS, Célia Maria. *O entrelaçar das vozes mestiças: análise das poéticas da alteridade na ficção de Édouard Glissant e Mia Couto*. Estoril: Príncipia, 2006.
- MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como alibi colonial do salazarismo. *Revista Usp*, São Paulo, n. 45, p. 48-61, mar./maio, 2000.
- MENESES, Maria Paula G. O “indígena” africano e o colono europeu: a construção da diferença por processos legais. *E-cadernos CES*, Coimbra, , n. 7, 2009.
- MOREIRA, Jaqueline de Oliveira; BORGES, Adriana Araújo Pereira. A castração e seus destinos na construção da paternidade. *Psic. Clín.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 71-81, 2010.
- ROANI, Gerson. Sob o vermelho dos cravos de abril – literatura e revolução no Portugal Contemporâneo. *Revista Letras*, Curitiba, n. 64, set./dez., 2004.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e lusotropicalismo em Gilberto Freyre. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 10, dez. 2012.
- SECCO, Lincoln. *25 de abril de 1974: a Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- TORGAL, Luís Reis. *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. v. 2.